

Princípios para o combate do tráfico de pessoas, do trabalho forçado e da escravidão nas cadeias de suprimentos: RESUMO DA POLÍTICA #4

Introdução

Esta série de Resumos de Políticas é resultado da pesquisa sobre iniciativas (políticas, programas e outras ações) para combate do tráfico de pessoas, trabalho forçado e/ou escravidão (TPTFE) dentro e através das cadeias de suprimentos. Este é um campo de intervenção de crescimento rápido que nossa pesquisa buscou mapear e compreender. Com base nesta pesquisa, recomendamos quatro princípios para combater o TPTFE nas cadeias de suprimentos. Neste resumo de política, nos concentramos no Princípio nº 4: A regulamentação pública para proteger os direitos dos trabalhadores, os direitos dos imigrantes e os padrões trabalhistas é essencial para o combate ao tráfico de pessoas, trabalho forçado e escravidão nas cadeias de suprimentos.

Quatro princípios para combater o TPTFE dentro e através das cadeias de suprimentos

1) É hora de dar um passo “além da conformidade” em relação à responsabilidade pelas cadeias de suprimento de éticas:

Para abordar de modo eficaz as práticas associadas ao TPTFE nas cadeias de suprimentos, a responsabilidade deve incluir não somente a culpabilidade e a responsabilização, mas o dever de enfrentar as injustiças das quais podemos nos beneficiar. As empresas líderes devem assumir a responsabilidade de melhorar as condições de trabalho dentro de suas cadeias de suprimentos, e suas políticas devem promover isso.

2) As iniciativas precisam ser executáveis e ter consequências significativas:

É improvável que esforços voluntários para combater o TPTFE nas cadeias de suprimentos sejam eficazes sem mecanismos de execução que resultem em consequências significativas para violações (ou incapacidade de alcançar as metas).

3) A participação genuína dos trabalhadores é essencial:

Sempre que possível, os sindicatos e outras organizações de trabalhadores devem estar envolvidos substancialmente na formulação, implementação e monitoramento de iniciativas que envolvam a relação entre o TPTFE e a cadeia de suprimentos.

4) A regulamentação pública para proteção dos direitos e padrões trabalhistas dos trabalhadores e imigrantes é essencial:

As práticas associadas ao TPTFE nas cadeias de suprimentos não ocorrem isoladas. Combatê-las exige um compromisso maior com os direitos e padrões trabalhistas. As iniciativas privadas podem complementar e reforçar a regulamentação pública, mas não a substituir.

Coleta e análise de dados

Este projeto envolveu uma pesquisa acadêmica intensa complementada pelo trabalho de campo. Veja a seguir algumas iniciativas que envolvem a relação entre o TPTFE e a cadeia de suprimentos que normalmente fazem referência aos Padrões Trabalhistas Mínimos, incluindo o direito de ser livre do trabalho forçado: 1) Acordos Marco Internacionais

(AMIs) negociados entre Federações Sindicais Internacionais (FSI) e Empresas Transnacionais (ETNs), 2) acordos labour: 1) International Framework Agreements (IFAs) negotiated between Global Union Federations (GUFs) and Transnational Corporations (TNCs); 2) bilateral and multilateral trade agreements; and 3) individual company codes of conduct. In addition, 97 initiatives at the TFLS-supply chain nexus have been identified. These initiatives are diverse: a range of actors (companies, NGOs, governments, multilateral bodies, etc.) are involved in these initiatives, they are being developed and applied in various industries, they operate at different scales and in different locations, and they take a number of forms. In order to understand this diversity, we have classified each initiative according to a number of factors including those listed above. To further consider the implications of these diverse initiatives, we have conducted three case studies investigating how selected initiatives are playing out on the ground. Each case study has involved a period of fieldwork: electronics in Malaysia; construction in Qatar; and agriculture in the US.

O papel da regulamentação pública para proteger os direitos dos trabalhadores, os direitos dos imigrantes e os padrões trabalhistas

As práticas associadas ao TPTFE nas cadeias de suprimentos não ocorrem isoladas. Nos locais onde emergem evidências dessas práticas, elas são geralmente apenas a ponta do iceberg, indicando que os direitos trabalhistas não estão sendo protegidos e os padrões trabalhistas não estão sendo aplicados. Em ambientes em que os trabalhadores não são capazes de exercer a liberdade de associação, garantir que sua saúde e segurança sejam protegidas ou receber um salário digno, é mais provável que surjam práticas associadas ao TPTFE. Portanto, para prevenir as práticas associadas ao TPTFE é necessário manter o compromisso de proteger uma extensão maior de direitos e padrões trabalhistas.

Trabalhar com as cadeias de suprimentos é um caminho essencial para proteger os direitos trabalhistas e melhorar as relações e condições de trabalho. Apesar disso, embora as iniciativas privadas possam complementar e reforçar a regulamentação pública, elas não a substituem. Uma versão adaptada das recomendações de Shamir (2012) para um “paradigma do trabalho”, adaptada aqui, oferece um ponto de partida útil para considerar a forma como a regulamentação trabalhista pública afeta as práticas associadas ao TPTFE:

1. Eliminar “acordos vinculativos”, como os padrões de visto vinculado (trabalhadores temporários e kafala)
2. Garantir o direito de sindicalização
3. Ampliar e fazer cumprir a aplicação das leis trabalhistas
4. Reduzir as taxas de recrutamento e o poder dos intermediários
5. Assegurar que os trabalhadores imigrantes tenham acesso aos direitos trabalhistas

Por exemplo, no Catar, o sistema de patrocínio “kafala”, que tem como base vistos vinculados a um empregador específico (reforçado por outras regras que exigem a permissão dos empregadores para deixar o país e proibição da adesão a sindicatos), garante que os trabalhadores se tornem altamente dependentes do empregador e tenham assim pouco acesso efetivo à justiça na área dos direitos e padrões trabalhistas. Há um amplo consenso de que o sistema “facilita o trabalho forçado e outros abusos” (Anistia Internacional 2015).

Na Índia, o proposto Labour Code on Wages Bill (código trabalhista sobre a lei de salários) de 2015 permite uma série de deduções e subsídios dos salários dos trabalhadores, práticas fortemente associadas ao trabalho forçado (Bhattacharjee pp. 49-50). O problema também ocorre “em casa”, na Europa. Um exemplo no Reino Unido é que, embora a Modern Slavery Act (lei contra a escravidão moderna) tenha sido adotada em 2015, pouco tempo antes, em 2012 o visto para trabalhadores doméstico foi modificado para vincular o *status* dos trabalhadores a um empregador individual, apesar das queixas de que isso contribuiria para a “escravidão moderna” (Ewins 2015, DemandAT 2016). Em vez de enfraquecer as medidas de combate ao TPTFE com políticas que reduzam os direitos dos imigrantes e outros trabalhadores, as iniciativas de combate ao TPTFE devem ser acompanhadas de esforços mais amplos para proteger, ampliar e reforçar os direitos e padrões trabalhistas. A última recomendação do paradigma de Shamir mencionado acima foi expandida de sua proposta inicial, que era restrita aos trabalhadores que denunciam violações. Isso ocorre porque os baixos níveis de denúncia sugerem que a ordem precisa ser revertida. É necessário um compromisso para garantir os direitos e padrões trabalhistas para todos os imigrantes para permitir que mais trabalhadores se manifestem.

Na Jordânia, por exemplo, os trabalhadores imigrantes eram banidos da adesão aos sindicatos até que a lei foi alterada em 2010, graças à representação dos sindicatos. No setor do vestuário, no qual a maioria dos trabalhadores

são imigrantes, o Sindicato Geral dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis e do Vestuário negociou um acordo coletivo que abrange os trabalhadores imigrantes (que ainda não são totalmente abrangidos pelo direito trabalhista) e atualmente está trabalhando para implementar o acordo. O sindicato informa que, no decorrer de seu trabalho, eles regularmente identificam trabalhadores traficados no setor de vestuário, bem como em outros setores, que eles encaminham aos canais oficiais.

As preocupações em torno do TPTFE e os direitos e padrões trabalhistas mais amplos também podem fazer parte do comércio, auxílio e diplomacia realizados por governos e órgãos multilaterais. Mais uma vez, houve casos em que o contrário ocorreu, como nos Doing Business Indicators (indicadores de negócios) do Banco Mundial que “declararam que diversas regulamentações trabalhistas não eram mais que um obstáculo para o investimento” e “deram as classificações e pontuações mais altas aos países com menos regulamentações trabalhistas” (Bakvis 2009:419,425, Benjamin et al. 2010, Lee et al. 2008 e Berg e Cazes 2008). No entanto, como mencionado acima, muitos acordos comerciais bilaterais e multilaterais têm como referência os padrões trabalhistas básicos. Uma lei aprovada nos EUA em 2016 também se destacou ao fechar uma grande lacuna na Tariff Act (lei de tarifas) de 1930, a qual impede a importação de bens manufaturados com a mão-de-obra de condenados, trabalho forçado e/ou de aprendizes. Qualquer pessoa com motivos para acreditar que alguma mercadoria produzida em violação dessa lei está sendo ou provavelmente será importada pode entrar em contato com a Customs and Border Protection agency (agência de alfândega e proteção das fronteiras). Essas medidas relacionadas ao comércio oferecem uma ferramenta importante para os defensores. No entanto, elas também correm o risco de serem usadas instrumentalmente para objetivos políticos ou comerciais não relacionados. Por exemplo, a primeira apreensão de bens resultante da lei de tarifas alterada com alegações de trabalho penitenciário foi de carbonato de sódio da China. O carbonato de sódio da China foi simultaneamente objeto de uma disputa comercial (Fernholz 2016) e as apreensões subsequentes no âmbito da lei parecem ter vindo da China (CBP 2016).

Uma área final que esperamos ver crescer a esse respeito são as compras institucionais, pois parece haver um interesse significativo em desenvolver as iniciativas existentes e recentes (OSCE 2016). O governo federal dos EUA é frequentemente citado como o maior comprador do mundo (e agiu nessa área por meio de Executive Orders (ordens executivas) e do Federal Acquisition Regulation (regulamento de aquisição federal)). A própria UE também identificou esse campo como uma área de ação com a Diretiva 2014/24/EU. Outros governos e órgãos públicos (como universidades e ONGs internacionais) também atuam nessa área e talvez mais dessas organizações desejem instituir políticas relacionadas ao TPTFE no que diz respeito a suas práticas de compras institucionais. As compras institucionais oferecem um campo promissor na medida em que governos e outros grandes compradores podem usar seu poder de compra mais imediatamente do que os consumidores individuais. Os desafios nesse campo estão relacionados com as informações sobre as quais essas decisões podem ser tomadas (por exemplo, quem coleta, com que nível de detalhes e com que base) e, por sua vez, o nível em que as empresas são acessíveis e transparentes sobre suas cadeias de suprimentos. Portanto, as compras institucionais devem ser orientadas para o engajamento e a melhoria contínua.

¹ Um representante dessa organização faz parte do Conselho Consultivo deste projeto de pesquisa.

References

- Amnesty International (2015) *Promising Little, Delivering Less: Qatar and Migrant Labour Abuse Ahead of the 2022 Football World Cup*. Amnesty International: London.
- Bakvis P (2009) The World Bank's Doing Business Report: A last fling for the Washington Consensus? *Transfer: European Review of Labour and Research* 15(3–4): 419–438.
- Benjamin P, Borat H and Cheadle H (2010) The cost of 'doing business' and labour regulation: The case of South Africa. *International Labour Review* 149(1): 73–91.
- Berg J and Cazes S (2008) Policymaking Gone away: The Labor Market Regulations of the Doing Business Indicators. *Comparative Labor Law & Policy Journal* 29(4): 349–381.
- Bhattacharjee SS (2015) *India's Labour Law Changes: Towards advancing principles of rights, inclusion and employment security*. Society for Labour and Development: New Delhi.
- CBP (US Customs and Border Protection) (2016) Forced Labor. Available from: <https://www.cbp.gov/trade/trade-community/programs-outreach/convict-importations> (accessed 2 January 2017).
- DemandAT (2016) *Addressing the demand-side of trafficking in the domestic work sector: main findings at European level*. European Policy Brief. International Centre for Migration Policy Development: Vienna.
- Ewins J (2015) Independent Review of the Overseas Domestic Worker Visa. London.
- Fernholz T (2016) US border agents seized goods tied to forced labor for the first time since 2001. Quartz, 29th March. Available from: <http://qz.com/650121/us-border-agents-seized-goods-tied-to-forced-labor-for-the-first-time-since-2001/> (accessed 6 January 2017).
- Lee S, McCann D and Torm N (2008) The World Bank's 'Employing Workers' index: Findings and critiques - A review of recent evidence. *International Labour Review*, Blackwell Publishing Ltd 147(4): 416–432.
- OSCE Office of the Special Representative and Co-ordinator for Combatting Trafficking in Human Beings (2016) *Prevention of Trafficking in Human Beings in Supply Chains Through Government Practices and Measures: Concept Note*. Vienna: Organization for Security and Co-operation in Europe.
- Shamir H (2012) A Labor Paradigm for Human Trafficking. *UCLA Law Review* 60: 76–136.

Funding

The research leading to these results has received funding from the European Union Seventh Framework Programme [FP7/2007-2013] under grant agreement n° [612869].

¹ A representative of this organization serves on the Advisory Board for this research project.